ANÁLISE DAS FINANÇAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE 2008 A 2017: crise e plano de ação



Diego Oneto Bosignoli
Graduação em Engenharia de Produção pela
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é estudar as finanças públicas do estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre os anos de 2008 e 2017 e apresentar um diagnóstico da crise que se instalou, propondo também medidas de recuperação. Inicia-se este trabalho com a explanação de uma visão geral da economia estadual. Em seguida, são expostos os fatores que ocasionaram a crise financeira que assolou o estado fluminense, com análise de suas principais consequências. Por fim, é apresentado um conjunto de propostas de ações que venham a estimular a recuperação econômico-financeira estadual. São elas: ajuste fiscal; venda de títulos públicos; concessão de linhas de crédito bancário subsidiadas pelo governo; estímulo à exportação; comunicação aos agentes para melhora nas expectativas; benchmarking.

PALAVRAS-CHAVE:
Finanças públicas,
Estado do Rio de janeiro,
Administração Pública.

ABSTRACT: The main objective of this study is to study the public finances of the state of Rio de Janeiro from 2008 to 2017 and to present a diagnosis of the crisis and propose recovery measures. This work begins with the introduction of an overview of the state economy. Next, the factors that caused the financial crisis that devastated the Fluminense State are exposed, and their main consequences are analyzed. Finally, a collection of proposals for actions that stimulate the state economic-financial recovery is presented. These are: Fiscal Adjustment; Sale of government bonds; Granting of government-subsidized banking credit lines; Export stimulus; Communication to the agents to improve expectations; Benchmarking

*KEYWORDS:
*Public finance,
*Rio de Janeiro state,
Public administration

*Artigo originado do trabalho contemplado com o 3° lugar do Prêmio Ministro Gama Filho 2018

1. A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A ATUAL CRISE FINANCEIRA.

1.1 VISÃO GERAL DA ECONOMIA FLUMINENSE

Em 2016, o estado do Rio de Janeiro foi a segunda mais importante unidade da federação em termos de Produto Interno Bruto (IBGE, 2019); foi também responsável por 10,4% do PIB do país, apresentando PIB per capita de R$ 38.356 - ver tabela 1.

Tabela 1: Produto Interno Bruto, Produto Interno per capita, população residente e relação PIB RJ/ PIB Brasil e estado do Rio de Janeiro 2010- 2016.

Ano	Rio de Janeiro					Brasil	Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Porduto Interno Bruto			População Residente (Habitantes)	PIB Per Capita (R$)	Produto Interno Bruto (1.000.000 R$)	
	1.000.000. R$	Volume					
		Índice 2010=100	Variação Anual				
2010	449 858	100,00		15 993 583	28 127	3 885 847	11,58
2011	512 768	102,64	2,64	16 112 678	31 824	4 376 382	11,72
2012	574 885	104,73	2,04	16 231 365	35 418	4 814 760	11,94
2013	628 226	106,08	1,29	16 369 179	38 379	5 331 619	11,78
2014	671 077	107,71	1,53	16 461 173	40 767	5 778 953	11,61
2015	659 139	104,70	-2,79	16 550 024	39 827	5 995 787	10,99
2016	640 186	100,08	-4,42	16 635 995	38 356	6 266 895	10,18

Fonte: Produto Interno Bruto do estado do Rio de Janeiro, CEPERJ, 2019.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tal como considerada pelo IBGE, constitui o segundo maior polo de riqueza nacional. Concentra 70% da força econômica do estado e 8,04% de todos os bens e serviços produzidos no país

Há muitos anos congrega o segundo maior polo industrial do Brasil, contando com refinarias de petróleo e instalações da indústria naval, metalúrgica, petroquímica, gás-química, têxtil, gráfica, editorial, farmacêutica, de bebidas, cimenteira e moveleira.

No Rio estão sediadas as duas maiores empresas brasileiras – a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) –, o maior grupo de mídia e comunicações da América Latina – as Organizações Globo –, e grandes empresas do setor de telecomunicações, como: Oi, TIM, Embratel, Intelig, Net e Star One – içando-o ao posto de principal polo nacional das telecomunicações.

Grande número de importantes empresas estatais, fundações públicas e autarquias federais possuem suas sedes estabelecidas na cidade, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Eletrobrás, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-Rio), o Inmetro, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo (ANP), escritórios da Confederação Nacional do Comércio, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). (WIKIPÉDIA, 2017).

O ERJ apresenta a terceira maior população do Brasil, com um total estimado em 2017 pelo IBGE de 16.718.956 de pessoas. No censo de 2010, a população alcançava 15.989.929 pessoas, ocupando uma área territorial de 43.781,588km², conferindo 365,23 hab/km², a segunda maior densidade demográfica do Brasil.

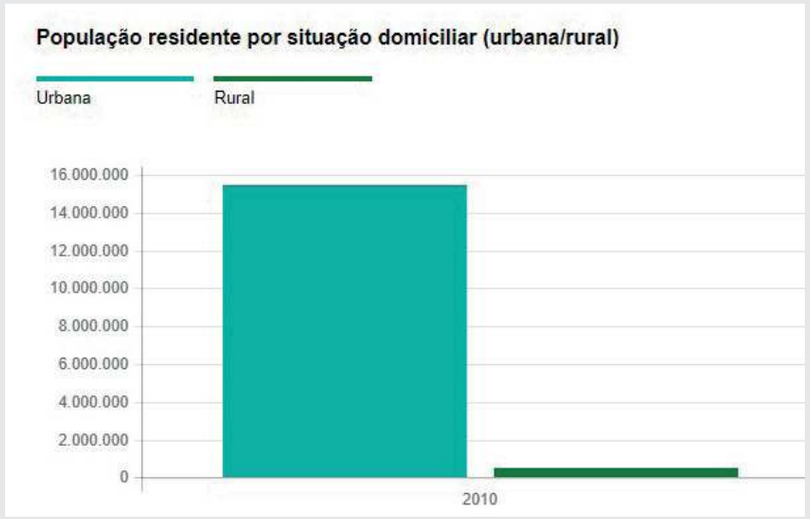
A população residente concentra-se, sobretudo, nas áreas urbanas. É possível constatar a dimensão da contração da população nessas áreas, por meio do gráfico 1.

1.2. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UM BREVE HISTÓRICO DA CRISE RECENTE

A problemática da crise financeira do governo estadual é de como fazer o ajuste das contas públicas dentro de um processo de recuperação econômica. A preocupação principal deve ser garantir a recuperação da economia, logo evitar que o ajuste das contas públicas prejudique esse processo de retomada.

A discussão do ajuste fiscal precisa estar inserida em uma discussão de como sair do ciclo

Gráfico 1: População residente por situação domiciliar.



Fonte: IBGE, 2017.

Em 2016, o rendimento mensal nominal domiciliar per capita correspondeu a R$1.429, sendo o quinto maior do país. Ainda nesse ano, 7,398 milhões de pessoas acima de 16 anos ou mais estavam ocupadas na semana de referência, correspondendo a 67,1% a proporção de pessoas em trabalho formal. No censo de 2010 do IBGE, verificou-se que o ERJ possui um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,761, sendo o quarto maior do país.

vicioso: uma grave retração econômica porque os agentes individuais, mesmo que não combinando explicitamente, decidem evitar gastar ao mesmo tempo.

Todavia, não há evidência de que o *déficit* público será superado com uma continuada queda de demanda agregada que leva também a uma queda de arrecadação tributária. A arrecadação é pró-cíclica, ou seja, em momento de crise, arrecada-se menos.

Nesse contexto, torna-se importante a análise

do gasto público segundo seu efeito multiplicador, ou seja, o efeito do gasto público na dinâmica econômica pode ser mais que proporcional.

Um segundo aspecto de relevo é que o estado não deve contribuir para um quadro recessivo com risco crescente de ele próprio se desestruturar. Destaca-se o trabalho de Orair, Siqueira e Gobetti (2016) que aborda os multiplicadores fiscais por diferentes segmentos de gasto e fases do ciclo econômico (ver tabela 2). Em uma recessão, torna-se importante sustentar gastos em investimentos (ativos fixos), como a literatura usualmente afirmava, mas também os gastos com pessoal e benefícios sociais, o que se evidenciou um efeito expressivo. Ao contrário, nessa fase, incentivos fiscais (subsídios) e demais despesas oferecem baixa resposta.

uma receita tributária cinco vezes maior.

Ganhos de eficiência na gestão são válidos, mas priorizar ou focar apenas em buscá-los não vai equacionar o tamanho da crise financeira do governo estadual. Os Estados não podem emitir moeda e financiar *déficits* orçamentários.

Em 2016, o governador do estado do Rio de Janeiro enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) um projeto de ajuste fiscal que se revelou um pacote de medidas austeras.

Esse pacote de medidas não é aprovado na Alerj diante de forte mobilização de servidores estaduais. Entretanto, o Ministro da Fazenda à época passou a exigir a implantação desse pacote como condição para renegociar a dívida do Rio em condições mais viáveis.

Tabela 2: Multiplicadores fiscais

	Multiplicadores Fiscais				
	Ativos Fixos	**Benefícios Sociais**	**Gasto de Pessoal**	**Susídios**	**Demais Despesas**
Linear	1,0414	0,8416	0,6055	1,5013	0,2476
Expansão	0,1623	0,1536	0	4,7338	1,389
Recessão	1,6806	1,5065	1,3265	0,5972	0,2637

Fonte: SOBRAL, 2017a.

Em se tratando do corte da despesa, não cabe fazer cortes lineares. Recomendam-se ações que superem assimetrias. Pelas receitas, a maior parte da queda decorreu de múltiplos fatores ligados a um modelo problemático de desenvolvimento da economia fluminense, em particular a especificidade de sua desindustrialização e a evidência de uma pequena densidade industrial, conforme Sobral (2013). Por exemplo, como apontou Osorio (2016 apud Sobral, 2017a), isso explica por que o estado de São Paulo ostenta um PIB três vezes maior que o do estado do Rio de Janeiro, embora apresente

Ou seja, ele respalda e nacionaliza a imposição dessas medidas. Sem saída perante a difícil situação, o governador tenta um acordo com o governo federal.

De maneira a padronizar a ajuda federal aos estados e suas contrapartidas, foi enviado à Câmara dos Deputados Federais um projeto com esse propósito. Mas também não passa na Câmara. Diante disso, configurando mais um ato de força, o presidente da República veta o que foi votado e busca como solução negociar acordos bilaterais, ou seja, executivo federal com executivo estadual, caso a caso.

Em paralelo, impõem-se sucessivos bloqueios na conta do governo do estado. Isso agrava ainda mais o quadro de crise no estado, levando o governo a não efetuar o pagamento dos salários de servidores estaduais.

A presidente do Supremo Tribunal Federal de então intervém e desbloqueia as contas do governo do estado do Rio. Ocorre, em seguida, o lançamento de um pacote de medidas revisado, levado primeiramente ao STF para homologação. Supera-se então outro risco de judicialização na discussão da solução econômica.

A ministra do STF "lava as mãos", feliz que as duas partes chegaram a um acordo e, diante disso, o pacote é aprovado independentemente de votação no Congresso Nacional.

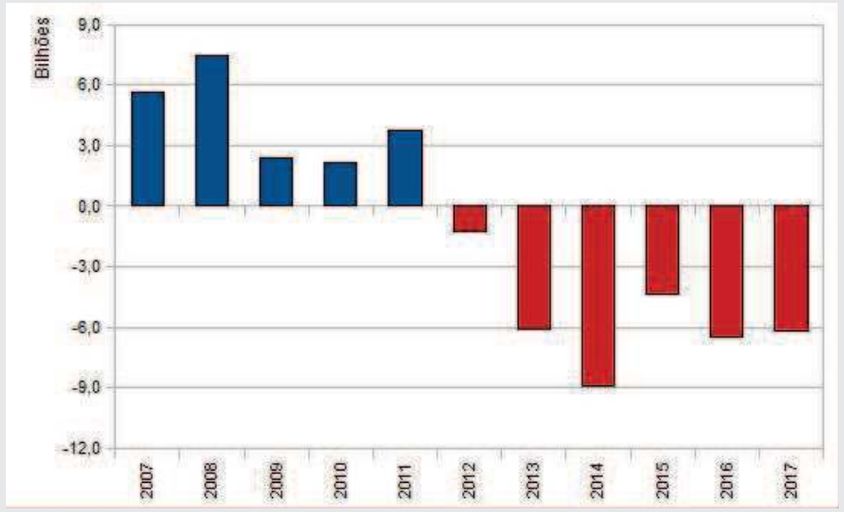
Novamente o projeto será encaminhado à Alerj para aprovação, mas em um quadro totalmente diferente da votação anterior: chancelado pelos chefes dos três poderes federais. A Alerj então não se opõe e um Regime de Recuperação Fiscal ao Estado é autorizado.

1.3. CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CRISE

A consequência mais aparente do problema enfrentado pelo estado do Rio de Janeiro é a dificuldade de obter caixa para cumprir o orçamento. É necessário não tratar o problema da dívida pública desconexo de um programa estadual de reabilitação da economia real, estimulando o Rio a reassumir seu lugar no desenvolvimento nacional.

Por exemplo, entre 2012 e 2017, acumulam-se déficits no resultado primário.

Gráfico 2: Resultado primário do governo fluminense 2007 a 2017, valores reais a preços de dez./2017



Fonte: SEFAZ-RJ, 2017.

O desajuste reflete uma maior queda real das receitas primárias que das despesas primárias, o que guarda especificidades. Em 2016, a receita primária já era quase 1/3 menor que a verificada em 2014 (cerca de R$ 20 bi a menos).

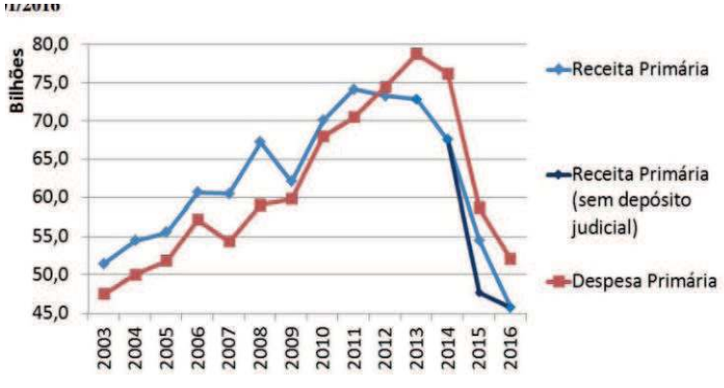


Gráfico 3: Evolução de receitas e despesas primárias do governo fluminense em termos reais, 2013 a 2016.
Fonte: SOBRAL, 2017a.

Entre 2006 e 2016, a receita corrente líquida do governo fluminense teve queda real de 3,3%, enquanto para o total dos governos estaduais das economias com os maiores PIBs (SP, RJ, MG e RS) teve aumento real de 21,2%.

Tabela 3: Variação percentual real da receita corrente líquida para estados das economias com os maiores PIBs, 2006 vs. 2016.
Fonte: SOBRAL, 2017a.

	2006	2016	Var (%)
São Paulo	114.287.318,77	140.443.287	22,9%
Rio de Janeiro	**47.810.464,40**	**46.228.984**	**-3,3%**
Minas Gerais	40.402.096,41	53.731.469	33,0%
Rio Grande do Sul	24.355.298,63	34.654.897	42,3%
Total dos Estados Selecionados	226.855.178,21	275.058.638	21,2%

O cerne da crítica deveria ser a negligência sobre indícios da desindustrialização nacional que atingem proporcionalmente mais o Rio e que levaram a uma trajetória problemática de arrecadação, antes ocultada pelas rendas do petróleo e gás que despencaram. Entre 2014 e 2016, isso significou uma perda de R$ 4,8 bilhões em receita. Só em 2015, caiu para quase a metade o peso dessas rendas na receita total, regredindo a um patamar sem precedentes.

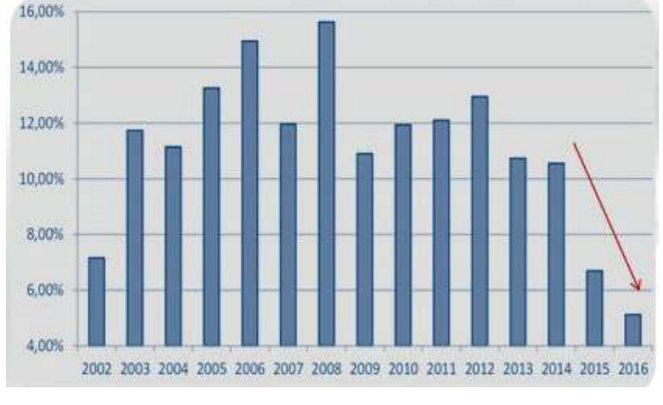


Gráfico 4: Peso (%) de royalties e participações especiais na receita total do governo fluminense, 2002 a 2016.
Fonte: SEFAZ-RJ, 2017.

Quando se analisa a evolução da arrecadação dos impostos, incluindo o ICMS, nota-se também a trajetória de forte retração nos últimos anos, o que reflete a dinâmica da atividade econômica.

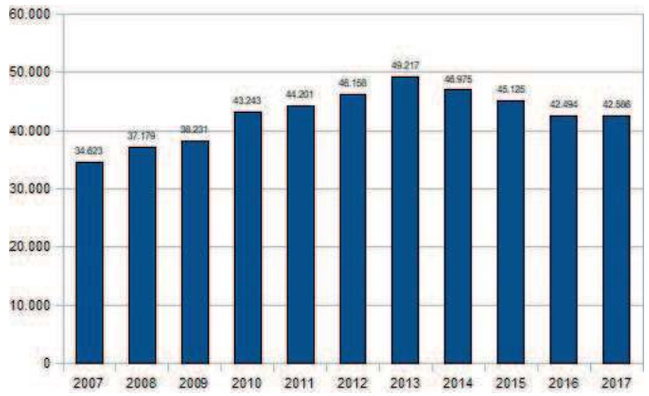


Gráfico 5: Receita bruta diretamente arrecadada: ICMS+FECP+IPVA+ITD valores reais a preços de dez./2017 – R$ milhões
Fonte: SEFAZ-RJ, 2017.



Além da evidente necessidade de financiamento para cobrir o déficit do resultado primário, houve também um endividamento induzido pelo governo federal. Entre 2012 e 2015, foram contratados R$ 22,39 bilhões em empréstimos. Nesse ponto, cabe ainda destacar as obrigações no valor de R$ 18,4 bilhões até 2021 pela antecipação de R$ 8,4 bilhões em *royalties* e participações especiais no período recente. Como consequência, já há um alto patamar de desembolsos obrigatórios para os próximos 10 anos (no total, em torno de R$ 82 bilhões).

Em 2016, a dívida estadual estava em cerca de R$ 107 bilhões, sendo que R$ 73,6 bilhões diretamente com a União. Os principais itens são associados aos acordos de renegociação da dívida do final da década de 90. Repara-se que até hoje não foram quitados, embora o saldo atual (o que falta pagar e não tudo o que já foi pago) signifique mais que o triplo do valor contratado. Em valores de janeiro de 2017, isso garante à União um fluxo de desembolso mensal de 127,7 milhões.

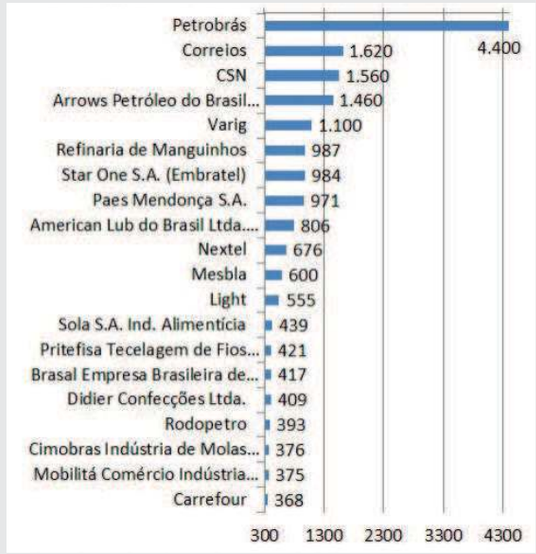
Embora o governo central não aceite discutir o perdão de parte do montante (em 2016, a dívida chegou a R$ 73,6 bilhões) e cobre de forma implacável um valor próximo do endividamento das empresas com o governo estadual (R$ 69 bilhões), cabe destacar que mais de 6 bilhões da Dívida Ativa do Estado se refere à Petrobras e aos Correios, duas empresas estatais federais. Uma solução de fato demandará um firme posicionamento político para serem cobradas as responsabilidades do governo federal.

Tabela 4: Montante da dívida do governo fluminense por credor do estado do Rio de Janeiro.

Dívida	Valor Contratado R$ bi		Saldo 12/2016 R$ bi	
	Nominal	Participação	Nominal	Participação
Total - Dívida Financeira	**54,7**	**100,0%**	**107,0**	**100,0%**
Adm -Dívida Fundada	54,6	99,7%	106,9	99,9%
Interna	45	82,2%	95,3	89,1%
União	23	42,1%	73,6	68,8%
Bacen - Assumpção Div BERJ	3,9	7,1%	14,7	13,7%
Caixa Econômica	3,1	5,6%	2,0	1,9%
Secretaria da Receita Federal	1,3	2,3%	0,8	0,8%
Banco do Brasil	7,9	14,4%	10,0	9,4%
BNDES	8,7	15,9%	7,7	7,2%
CREDIT SUISSE	1,1	1,9%	1,2	1,1%
Externa	9,6	17,6%	11,6	10,8%
Adm indireta - Custeada F. Tesouro	0,1	0,3%	0,1	0,1%

Fonte: SOBRAL, 2017a.

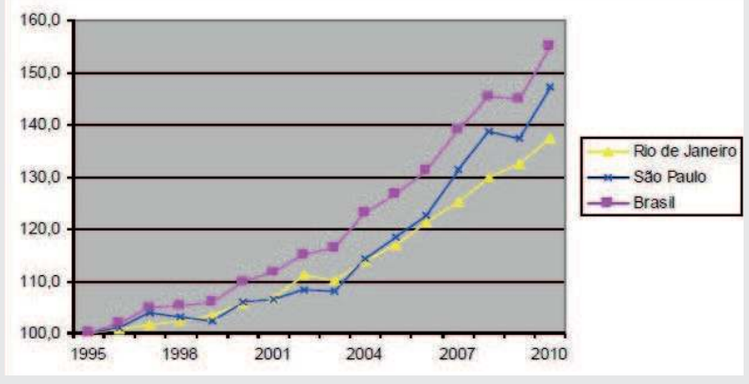
Gráfico 6: As principais empresas com dívidas ativas com o governo fluminense,2016.



Fonte: SOBRAL, 2017a.

Por outro lado, uma análise do processo de industrialização fluminense mostra que o maior avanço da economia nacional a partir de 2002 não levou a um movimento de convergência da dinâmica fluminense com a média nacional, fato que se confirma até 2010. Por conseguinte, verificou-se uma nova perda da participação relativa da economia fluminense no VAB nacional, chegando ao menor valor (10,6%) de toda a série histórica entre 1995 e 2010.

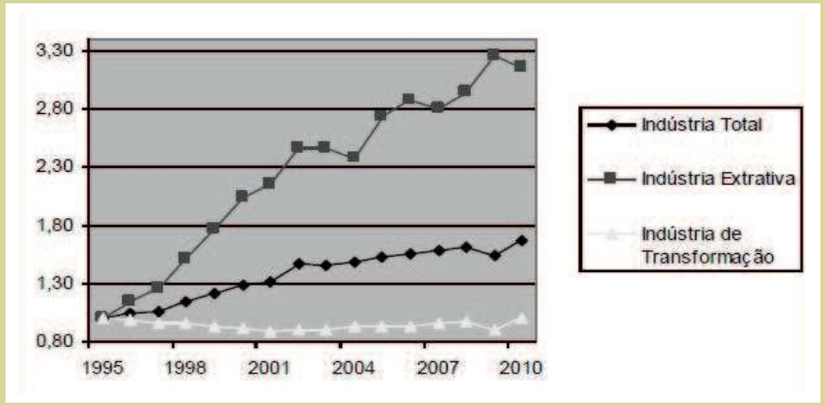
Gráfico 7: Evolução do valor adicionado bruto para o total da economia fluminense, paulista e média nacional, 1995 a 2010; 1995=100.



Fonte: SOBRAL, 2017b.

Os resultados só não foram piores graças ao espetacular avanço da atividade petrolífera. É preciso ter claro o equívoco em avaliar a trajetória positiva da indústria total sem ponderações. Como mostra o gráfico 8, considerando o período 1995/2010, o elevado dinamismo da extrativa mineral (mais que triplicou seu tamanho) vem contrastando com o quadro de semiestagnação da indústria de transformação.

Gráfico 8: Evolução da produção física da indústria fluminense, 1995 a 2010; 1995=1



Fonte: SOBRAL, 2017b.

Apesar de a indústria de transformação ainda representar em torno de 10,0% da economia estadual, esse descolamento revela uma dinâmica econômica muito dependente do aproveitamento de recursos minerais. Por conseguinte, demonstra estar aproveitando de maneira restrita as vantagens competitivas já reveladas e aponta indícios de uma desindustrialização relativa.
Cabe ainda assinalar o desempenho da construção civil. Houve uma expansão mais acentuada de seu VAB na segunda fase do último ciclo de crescimento nacional (2004/2008). Esse processo foi desencadeado com a ampliação do crédito imobiliário e vem sendo sustentado por diversas obras do Programa de Aceleração Econômica – PAC, da Revitalização da região do Porto do Rio, da Copa do Mundo de Futebol (2014), da Olimpíada (2016), do Projeto "Minha Casa, Minha Vida".
Mediante o exposto, fica claro que a base industrial fluminense vem perdendo sua histórica diversificação e passou a exibir uma tendência de especialização estrutural no período recente. Apenas três setores representam metade da estrutura da indústria de transformação em 2007: Derivados de Petróleo e Álcool, Metalurgia Básica e Outros Produtos Químicos (que inclui Petroquímicos Básicos).
Dessa forma, a industrialização fluminense se depara com o seguinte cenário: tender a uma pequena densidade industrial que só possui competitividade em alguns segmentos, porém carente de capacidade dinâmica própria; ou reverter para uma estrutura coerente, dotada de uma competitividade sistêmica e de um poder de arrasto produtivo.

2. PLANO DE AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em meio a um quadro de recessão com queda do produto interno, é comum o declínio da arrecadação de receitas, uma vez que a tributação tem origem na manifestação de riqueza e característica pró-cíclica. Em resposta a este quadro, muitos gestores optam por aumentar a arrecadação com aumento da carga tributária, que desestimula a atividade produtiva e aprofunda ainda mais a crise da economia.
Como alternativa, foram propostas ações que podem contribuem para reverter o quadro de crise econômica do estado do Rio de Janeiro. São elas: ajuste fiscal; venda de títulos públicos; concessão de linhas de crédito bancário subsidiadas pelo governo; estímulo à exportação; comunicação aos agentes para melhora nas expectativas; *benchmarking.*
A metodologia utilizada consiste no conjunto de políticas econômicas anticíclicas observadas ao longo da história econômica brasileira do século XX, por meio de pesquisa na literatura. Ademais, compõem o plano de ação algumas ferramentas de gestão administrativas públicas específicas para o estado.

2.1. AJUSTE FISCAL

No ajuste fiscal o governo deve buscar a eficiência na gestão, isto é, deve reduzir as despesas para que haja organização das contas públicas e para que o excedente do resultado, receitas menos despesas, possa ser utilizado para financiar choques na produção.
O desembolso do governo deve ser realizado onde haja o melhor multiplicador de renda, principalmente diante de uma crise econômica. Suas despesas e receitas devem ser revistas e sua gestão deve se tornar cada vez mais eficiente.
O governo tem a missão de fazer com que suas despesas sejam menores que suas receitas, isto é, deve haver a busca pelo superávit primário.
Pelo lado da receita, as medidas a serem adotadas devem ser capazes de aumentá-las. São elas: a melhora na eficiência da gestão tributária e a privatização do patrimônio público.
Pelo lado das despesas, ocorre um esforço no enxugamento do orçamento, como a rescisão de contratos de fornecimento de bens e serviços ao estado.
Destarte, após aplicação de um ajuste fiscal bem-sucedido e com o orçamento controlado, assegurado um excedente do resultado, receitas menos despesa, o governo possui dois caminhos: optar por financiar um choque no consumo de produto final ou investir na atividade produtiva.
No primeiro caso, consumo do produto final, como fez o governo brasileiro que comprou o excedente da produção cafeeira no convênio de Taubaté de 1906. Furtado (2007) demonstra que a política de defesa do setor cafeeiro nos anos de grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento de renda nacional. Mantendo-se firmes os preços, o lucro se mantinha elevado. E também os negócios do café continuariam atrativos para o capital que neles se formavam. O autor defende a teoria de que se praticou no Brasil uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.
Alternativamente ao consumo do produto final, pode o governo optar por investir diretamente na atividade produtiva, assumindo o papel de empreendedor, principalmente em áreas com utilização intensiva de mão de obra ou de infraestrutura, que possuem os melhores multiplicadores de renda. Como fez o governo brasileiro por meio do Plano de Metas no governo JK, conforme demonstra Giambiagi *et al.* (2005). O aumento de investimentos realizados nos setores de infraestru-

tura básica e manufatureira passou de 13,5% em 1955 para 15,7% em 1960, chegando a 17% em 1963. O êxito deste plano gerou um crescimento médio de 7,9% ao ano, de 1956 a 1962.

2.2 . VENDA DE TÍTULOS PÚBLICOS

Chamada também de operação com mercado aberto, a venda de títulos públicos é uma maneira de o governo se financiar sem necessidade de emissão de moeda. O governo vende títulos ou obrigações e posteriormente os recompra. Nesta operação pode haver pagamento pelo governo de juros periódicos ou ao final da operação com taxas fixas ou flutuantes.

Embora os efeitos dessa operação sejam muitas vezes analisados pelo lado monetário da economia – se houve criação ou destruição de moeda, o ponto de discussão deste trabalho se refere à possibilidade que o governo tem de se financiar com a venda de obrigações em momentos em que a economia atravessa um período de recessão.

Segundo Carlos E. da Costa (2009), o endividamento público é um instrumento fundamental para a distribuição intertemporal ótima das políticas públicas. É por meio dele que a provisão dos bens públicos pode ser temporalmente dissociada da arrecadação dos recursos para lhe fazer face. O autor demonstra matematicamente a dívida pública e sustentável quando o valor dela não for superior ao valor presente de todos os superávits primário futuros.

No Brasil coube à Lei de Responsabilidade Fiscal garantir a disciplina para a gestão das finanças públicas nas diversas esferas do setor público. Aquele dispositivo legal estabeleceu limites para endividamento e operações de crédito, criou regras para a recondução da dívida aos limites de endividamento, entre outras determinações que afetam direta ou indiretamente a gestão da dívida pública.

2.3 . CONCESSÃO DE LINHAS DE CRÉDITO BANCÁRIO SUBSIDIADAS PELO GOVERNO

Por meio dos agentes bancários é concedida linha de crédito para as famílias financiarem o consumo de bens produzidos no território fluminense, por conseguinte o aumento do consumo estimula a produção. Com isso o governo estimula um choque no consumo, financiando apenas parte dos juros. Enquanto as famílias pagam a taxa de juros de mercado, governo fica responsável pela parte excedente. Embora haja subsídio pelo governo às famílias de parte da taxa de juros, o consumo de bens gera receita imediata para o ente governamental, pois o imposto de circulação de mercadoria é cobrado no momento inicial em que o financiamento é feito e o bem adquirido pelo consumidor. Diferentemente, as parcelas dos juros subsidiados são pagas ao longo de todo o financiamento.

Para isso, o crédito deve ser liberado para consumo de produtos de empresas com produções locais. Por exemplo, a indústria imobiliária ou automobilística com fábrica local. Assim, a remuneração para trabalhadores dessas localidades gera o multiplicador de renda necessário ao desenvolvimento econômico da região.

Da mesma forma que o crédito pode ser oferecido às famílias, ele pode ser oferecido às empresas. Enquanto as famílias são consumidoras de bens finais e serviços, as empresas são consumidoras de bens intermediários e de produção. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento é um agente do governo típico que executa este tipo de operação.



2.4 . ESTÍMULO À EXPORTAÇÃO

Economias em recessão apresentam queda no poder aquisitivo dos agentes domésticos; por conseguinte, os produtos internos se tornam relativamente mais baratos e, portanto, mais competitivos com o resto do mundo. Uma vez que o mercado interno está desaquecido, torna-se estratégico para a economia doméstica explorar a atividade econômica de empresas que exportam. Segundo Furtado (2007), foi sobre essa base de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos 30.

Portanto, os exportadores com produtos competitivos podem favorecer a reversão da crise, gerando renda com efeito multiplicador para economia.

2.5 . COMUNICAÇÃO AOS AGENTES PARA MELHORA NAS EXPECTATIVAS

Esta ação consiste na comunicação aos agentes de medidas positivas para a economia. Como exemplo, consignamos entrevistas de personalidades que transmitem confiança e reuniões com setores e associações empresariais.

De acordo com a teoria da demanda efetiva de Keynes, os empresários decidem investir com base na expectativa da demanda futura de consumo. Ou seja, quando se espera que haja aumento no consumo para o futuro, a tendência é o aumento dos investimentos na atividade produtiva.

> "(...) a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego." Keynes (1996).

Nesse sentido, o governo assume o importante papel de garantidor de um ambiente seguro para o investimento. Para isso, precisa sinalizar com políticas que trazem prosperidade, ainda que não haja impacto direto. Por exemplo, Gadelha (2011) afirma que ajustes fiscais podem gerar crescimento econômico, ao invés de recessão, por meio do aumento do investimento privado e da maior confiança dos agentes econômicos.

Além disso, sugere-se a divulgação de uma política social de segurança pública, pois o estado do Rio de Janeiro tem sofrido com o aumento da violência. Por exemplo, segundo o Instituto de segurança Pública, a taxa de roubo de carga no estado teve um crescimento de 192% entre 2013 e 2017. A violência diminui o investimento das empresas, uma vez que traz riscos e custos extraordinários à cadeia produtiva.

2.6 . *BENCHMARKING*

Benchmarking consiste em observar as melhores práticas de gestão e oportunidades para aumentar a eficiência na administração pública. No Brasil existem muitas oportunidades de estudo de caso, uma vez que o país é constituído por vinte e seis estados federados, que possuem diferentes tipos de gestão em suas secretarias.

Nesse sentido, o estado do Espírito Santo possui um caso de sucesso. O estado criou, por meio do Decreto Estadual nº 2.940-R de 2012, um regime especial de apuração do imposto de circulação de mercadorias para empresas que atuam no comércio eletrônico. A prática tem garantido entrada de novas empresas no estado, conferindo dinamismo frente às mudanças do mercado.

CONCLUSÃO

Destaca-se primeiramente que a receita estadual depende do imposto sobre circulação de mercadoria, o ICMS. Este imposto incide sobre as operações comerciais, refletindo o desempenho da economia, pois, em um período de renda alta da economia nacional, mais produtos circulam, por conseguinte, maior é a arrecadação desse imposto em favor do estado. Do contrário, com uma economia nacional em recessão, a arrecadação do estado também diminui.

Este estudo demonstrou que, em épocas de recessão, aumentar alíquotas ou criar novas formas de tributação não é a única opção disponível para os gestores. Buscar o desenvolvimento econômico, além de ter como consequência a melhora do bem-estar dos agentes da economia, confere maior arrecadação para os governos, tendo em vista que a tributação, em princípio, incide sobre a geração de riqueza. Embora alguns economistas acreditem que a economia possui caráter inerentemente estável e que a tendência natural seja o reequilíbrio, na prática os gestores se deparam com um problema real das contas públicas e observam as receitas despencarem. Portanto, de fato, deve haver um planejamento que conduza a um plano de ação que tenha por objetivo acelerar a recuperação da economia e finanças do governo.

A maior dificuldade encontrada neste estudo foi mensurar o impacto da utilização de cada proposta de ação abordada, tendo em vista que cada economia possui suas peculiaridades e suas características locais de produção, assim como hábitos de consumo de acordo com a cultura da sociedade.

O resultado prático deste trabalho foi reunir elementos para se proceder à análise da situação de crise financeira em que se encontra o estado do Rio de Janeiro, apresentando propostas de recuperação que componham um plano de ação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Acesso à Informação do BCB**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto de Segurança Pública. **Rio de Janeiro**: a segurança Pública em Números: evolução dos principais indicadores de criminalidade e atividade policial no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2017. Disponível em: http://www.ispdados.rj.gov.br. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Disponível em: http://www.tesouro.gov.br. Acesso em: 23 set. 2017.

BOSIGNOLI, Diego Oneto. **Análise das finanças públicas do Estado do Rio de Janeiro de 2008 a 2016.** 2017. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 600 p.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo resultados fiscais**. Brasília, DF: Editora Gestão Pública, 2015.

CEPERJ. **Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=64>. Acesso em: 22 set. 2019.

COSTA, Eugênio Ellery Lustosa da. **Sustentabilidade da dívida pública.** Brasília: Banco Mundial e Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf. Acesso em: 01 ago. 2016.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto n.º 2.940-R, de 06 de janeiro de 2012.** Introduz alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002. Espírito Santo: Secretaria de Estado da Fazenda. Disponível em: http://www.sefaz.es.gov.br/LegislacaoOnline/lpext.dll/InfobaseLegislacaoOnline/decretos/2012/dec2940-r.htm?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0. Acesso em: 16 set. 2019.

GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. Política fiscal anticíclica, crise financeira internacional e crescimento econômico no Brasil , **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 794-812, Especial/2011.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia D. de. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2001. 475 p.

GIAMBIAGI, Fábio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008, **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 533-580, out./dez. 2008.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (org.). **Economia brasileira contemporânea**: (1945-2004). Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2005. 425 p.

FURTADO, Celso M. **Formação econômica do brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

IBGE. **Brasil em Síntese**: Rio de Janeiro. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama. Acesso em: 23 set. 2017.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 16 set. 2019.

IBGE. O que é o PIB. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em Set/2019.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **Aspectos da atuação Estatal de FHC a Dilma**. Brasília, DF: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, 2039)

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 457 p.

NUNES, Selene Peres; NUNES, Ricardo da Costa. **O processo orçamentário na Lei de Responsabilidade Fiscal**: instrumento de planejamento. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/orcamento/boletins/O_Processo_orcamentario_na_LRF_instrumento_de_planejamento.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

ORAIR, Rodrigo Octávio; SIQUEIRA, Fernando de Faria; GOBETTI, Sergio Wulff (org.). **Política fiscal e ciclo econômico**: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público. 2016. Disponível em: https://www.joserobertoafonso.com.br/politica-fiscal-e-ciclo-economico-orair-et-al/. Acesso em: 01 jul. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda. **Relatório anual da dívida pública**: 2013. Rio de Janeiro: SEFAZ, 2014. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/tesouro/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC260833. Acesso em: 18 jul 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento. **Contas de Governo: exercício de 2016: Relatório Gerencial**. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br. Acesso em: 18 jul 2017.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Atlas; Rio de Janeiro: FGV, 2009. 732 p.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A crise no Rio não deve ser tratada como crise do Rio. **Brasil Debate**, [s. l.], 06 abr. 2017. Disponível em: http://brasildebate.com.br/a-crise-no-rio-nao-deve-ser-tratada-como-crise-do-rio/. Acesso em: 05 set. 2017a.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A Falácia da "inflexão econômica positiva": algumas características da desindustrialização fluminense e do "vazio produtivo" em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, CEPERJ, Rio de Janeiro, n. 1, p. 53-85, fev. 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9060. Acesso em: 28 set. 2017b.

GASPAR, Vitor (org.). Fiscal policy and long-term growth. **IMF Policy Paper**, Washington, D.C, june 2015. Disponível em: https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2015/042015.pdf. Acesso em: 01 ago. 2016.

WIKIPEDIA. **Economia da cidade do Rio de Janeiro.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Rio_de_Janeiro_(cidade). Acesso em: 23 set. 2017.